

EMÍLIA RODRIGUES ARAÚJO

era@ics.uminho.pt / emiliararaujo@gmail.com

UNIVERSIDADE DO MINHO, CENTRO DE ESTUDOS DE COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE

A MOBILIDADE INTERCONTINENTAL DE CIENTISTAS EUROPEUS: DISCURSOS SOBRE PERDAS E GANHOS D(N)A EUROPA

RESUMO

Este texto apresenta uma abordagem aos discursos sobre perdas e ganhos potenciados pela mobilidade de cientistas entre a Europa e os Estados Unidos da América. A partir de um conjunto de análises realizadas sobre a ciência e o lugar da mobilidade de cientistas, este texto propõe uma reflexão sobre a forma como tais discursos veiculam, por um lado, o reforço da tensão historicamente enraizada sobre as mobilidades e os fluxos de cientistas europeus para os EUA e, por outro, a valorização da mobilidade para (e com) colaboração entre cientistas europeus e dos Estados Unidos da América.

PALAVRAS-CHAVE

Mobilidade; ciência; EUA; circulação do conhecimento; fuga de cérebros

INTRODUÇÃO

O fenómeno da mobilidade de cientistas tem sido estudado sob diversas perspetivas (Videira, 2013). Na maior parte dos casos, as investigações versam sobre a história e a espessura dos fluxos de cientistas que se movem entre dois países. Procuram identificar os motivos dessa mobilidade, assim como os seus impactos sobre a carreira individual e sobre as instituições e unidades de investigação a que pertencem esses mesmos investigadores (Gabaldón, Horta, Meyer & Pereira-Leal, 2005; Fontes, 2007; Delicado, 2008; Fernandez-Zubieta, Geuna & Lawson, 2013; Bento & Araújo, 2015).

Os estudos mais recentes tendem a cruzar diversas abordagens na tentativa de mostrar a complexidade dos processos de mobilidade envolvendo cientistas. Além da análise de dimensões e de variáveis relacionadas com a história pessoal, características familiares e outras, tais estudos

tendem a interrogar as variações que caracterizam os percursos de mobilidade. São consideradas variáveis atribuíveis a questões relacionadas com o estado de desenvolvimento das carreiras e oportunidade de emprego em ciência nos países de origem, natureza das áreas científicas nas quais os investigadores desenvolvem pesquisa e, ainda, estádios de desenvolvimento da carreira (Cresswell, 2010; Ivancheva & Gourova, 2011; Lawson & Shibayama, 2013; Wagner, 2015).

Perante o volume de estudos realizados acerca das mobilidades de cientistas e os inúmeros posicionamentos dos seus autores acerca da definição de mobilidade e dos motivos, vantagens e desvantagens com ela relacionados, tem sido evidente o surgimento de visões particularizadas acerca da posição relativa de cada país no que se refere à relação entre entradas de investigadores estrangeiros e saída de cientistas para outros países (Deloitte Consulting, 2014).

A mobilidade dos cientistas, integrada na mobilidade de profissionais altamente qualificados, em geral, surge hoje veiculada no espaço público através das vozes de cientistas e de políticos como um facto natural e inerente à carreira em ciência. É também identificada como um eixo de desenvolvimento da ciência, racionalização de recursos à escala mundial e, principalmente, como eixo potencial de desenvolvimento de diáspora científica e tecnológica.

Todavia, tal como concordam diversos autores, a discussão sobre as “perdas” e “ganhos” que caracterizou os debates sobre as mobilidades de cientistas e de investigadores outrora, não se apagou completamente, atendendo aliás, às especificidades dos países estudados. No entanto, foi relegada para segundo plano, face à necessidade de se perceberem os mecanismos da mobilidade e os seus níveis de impacto, em particular em termos de produtividade e reconhecimento individual do cientista. Mas hoje, face a contextos de alta competitividade em ciência e de escassez de recursos, esse tipo de “universalismo” da ciência socialmente construído sob a ideia de que o mais importante é o que se produz e não quem produz ou onde se produz, surge cada vez mais posto em causa. Despontam, assim, análises cada vez mais centradas na importância dos contextos e variáveis culturais na produção e disseminação da ciência e que afetam a mobilidade transnacional e as migrações dos cientistas, não só na fase de decisão de efetuar a mobilidade, mas também durante o período de integração e estadia no país de acolhimento. Questões de discriminação racial, étnica e linguística, de género, idade e área científica são trazidas ao debate, encetado particularmente por investigadores cujos países estiveram marcados pela

saída acentuada de cientistas e hoje ocupam posições relativas no sistema mundial da ciência de tipo periférico (Wagner, 2015).

Há um reacender da discussão sobre quem perde e quem ganha com a mobilidade na base de representações historicamente engendradas sobre o posicionamento/relevância e grau de excecionalidade dos países e continentes. Este debate, ainda bastante silencioso e implícito sob os textos oficiais, começa a estar presente no espaço mediático (Araújo & Ferreira, 2013). Por outras palavras, contrariamente, aliás, a uma orientação teórica linear que tende a vincar a centralidade da mobilidade perante o paradigma da circulação de conhecimento, ergue-se, no contexto do discurso e debate públicos no qual participam jornalistas, políticos de várias fações partidárias e os próprios cientistas em mobilidade, uma linha de orientação bastante centrada sobre a análise das perdas e dos ganhos. Esta tendência acontece tanto entre países como entre continentes.

A este respeito, muito há ainda a explorar e a aprofundar, considerando os efeitos produzidos pela economia do digital nos modos de circulação, fixação e rentabilização dos vários capitais, a nível mundial e global. Notamos, desde logo, estarmos perfeitamente conscientes da diversidade e da disparidade existentes no interior da Europa. Estas são bem demonstráveis nas variações de política a respeito das medidas de atração de cientistas e investigadores, sobretudo da dita “periferia” em direção aos “centros” (Ackers, 2005)¹.

Ocupa-nos neste artigo a tarefa de elucidar acerca dos principais discursos sobre as mobilidades de cientistas europeus em particular para os EUA. Entendemo-los como discursos social e politicamente construídos que reenviam constantemente a estruturas de disposição de significados e de sentidos que medeiam a fenomenologia das relações entre países. Deste modo, intenta-se contribuir para a compreensão do modo como as identidades dos Estados Unidos e da Europa se constituem nos processos e dinâmicas de alteridade inscritas no jogo de auto-hetero atribuição de si como espaços naturalmente privilegiados de criação, produção de conhecimento e inovação. Trata-se de atributos bem espelhados nos discursos oficiais produzidos no âmbito da justificação dos programas de financiamento Horizonte 2020 e Europa 2020, por exemplo. Nestes, a Europa surge classificada como território de resiliência e eixo de liderança mundial, ao mesmo tempo que se insiste, tanto na formulação de políticas semelhantes às implementadas nos EUA, como no incentivo ao regresso de cientistas europeus reconhecidos no estrangeiro – leia-se, nos Estados Unidos.

¹ Incluímos entre aspas as expressões dado tratar-se de modos de designar polissémicos e, de algum modo, não consensuais.

No quadro de um entendimento sobre o progresso e o posicionamento, de algum modo evolucionista, que parte da centralidade da inovação, importa mostrar o caráter performativo das discussões acerca das perdas e ganhos potenciados pela mobilidade de cientistas. Propomos argumentar tratar-se de um eixo elucidativo do lugar da Europa no mundo e, muito concretamente, da dificuldade dessa Europa – aqui mais traduzida pela UE e pelas políticas chanceladas pelas Comissão Europeia.

Neste sentido, torna-se relevante assumir que, no contexto das relações históricas entre a Europa e outros continentes, são salientes as lutas – parte de tipo simbólico – estabelecidas em dois planos: i) em relação a certos países como os EUA e o Canadá, recuperar o lugar central, de centro de “criação intelectual” na corrida da ciência; ii) em relação a outros (por exemplo, de África e da América Latina) funcionar como polo de atração, perspetivando-se como tendo um papel preponderante na disseminação do conhecimento no mundo.

Assim, apresentamos as principais abordagens teóricas que nos permitem pensar este assunto no quadro dos estudos sobre a mobilidade, a ciência e a política. Num segundo momento, e após a descrição do processo metodológico que seguimos, debruçamo-nos sobre uma sistematização preliminar dos tipos discursivos encontrados.

BREVE FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A análise aos modos de construção/relação entre Europa e Estados Unidos reflete o processo longo de construção/posicionamento de dois continentes no contexto da história pós II Guerra Mundial. Não obstante a pertinência das relações e das construções de sentido que medeiam historicamente as relações entre a Europa e os EUA nas diversas áreas, desde a cultura à política, são ainda escassos os estudos sobre as dimensões de tipo cultural e valorativo que estruturam essas relações, assim como os discursos que se desencadeiam no espaço público.

Já dissemos que as mobilidades e as migrações de cientistas importam na desconstrução das identidades e representações que se edificam na base da comparação persistente e historicamente alimentada entre a Europa e os EUA porque são um assunto eminentemente político: os cientistas são vulneráveis aos discursos e às imagens que circulam sobre os “melhores” lugares onde se faz ciência e se obtém reconhecimento e é nos cientistas (como de resto, nos profissionais altamente qualificados, em geral) e na ciência que assenta o discurso sobre o desenvolvimento económico e social

das nações². Nesse contexto e sobretudo durante e depois da Segunda Guerra, os EUA foram-se constituindo como fortemente influenciadores do que podemos chamar “modelo referencial cientista”, atraindo estudantes e cientistas em várias fases da carreira de todo o mundo, incluindo a Europa. Os EUA destacaram-se ao longo do século XX como epicentro atrativo.

Wagner esclarece que:

mais de 50 anos depois o termo [*brain drain*] tem vindo a ser usado continuamente para descrever um determinado fenómeno que tem ocorrido desde 1950, afetando, principalmente, os laboratórios britânicos que se mudaram para a América do Norte. A emigração em massa de cientistas principalmente para os EUA provocou um sentimento de perda avassaladora na Europa. Este fenómeno – chamado de “fuga de cérebros” – também acabou por ser, precisamente, a base do sucesso rápido e impressionante da ciência americana (a primeira onda importante de emigração, no entanto, ocorreu por causa de regime nazista, primeiro na Alemanha e, depois, progressivamente, em toda a Europa, desde 1930 até 1945). A guerra fria (com a corrida ao armamento) e a proliferação do setor de investigação na área das ciências da vida constituíram dois processos que tiveram lugar nos EUA, desde 1950. Nos Estados Unidos, várias novas instituições foram criadas e isso constituiu uma dinâmica única no surgimento de locais de trabalho para os cientistas (Pestre & Dahan, 2004, citado em Wagner, 2015, p. 382)

Os escassos estudos existentes sobre a forma como os europeus perspetivam os EUA tendem a reafirmar, por um lado, a forte “atração” sentida pelos europeus em relação aos EUA e, por outro, a hipervalorização dos EUA em relação à sua posição no mundo. É certo que podemos analisá-la como uma postura similar à que tem tido, por seu turno, a própria Europa ao autodenominar-se como fonte da criatividade e líder do mundo. Mas Fossum (2009, p. 484), no seguimento de outros autores, acaba por considerar, na linha de argumentação sobre essa ideia partilhada e cultivada sobre a liderança americana, que o espaço europeu é frequentemente pensado como um experimento – em termos políticos e de governança. Assim, no entendimento deste autor, a questão que se coloca à Europa na atualidade seria a de definir se continua a comparar-se com os quadros de

² Os estudos que versam sobre a relação entre política e ciência referem-se constantemente ao impacto enorme que teve a obra *Science: the endless frontier*, de V. Bush (1945) na organização da ciência nos EUA e na Europa, por consequência.

desenvolvimento dos EUA, tentando replicá-los, ou se constitui uma alternativa a esses quadros. Na ciência e na organização da ciência (incluindo modelos de avaliação e financiamento; definição de referências de carreira em ciência; entre outros), podemos afirmar que a tendência é ainda a primeira, embora de forma ambígua, atendendo à força das orientações ideológicas sobre a presença e necessidade do Estado Social, na Europa³.

No que respeita à mobilidade de cientistas, europeus incluídos, observa-se que os estudos realizados nos próprios EUA reiteram num tom irónico e crítico, a realidade da política de atração dos EUA face aos investigadores do resto do mundo. Stephan e Levin (2001) declaravam que os imigrantes eram a “força e a vitalidade” do sistema científico. Os autores afirmam ainda que isso significa que os EUA “beneficiam dos investimentos educacionais realizados por outros países”. Mais recentemente, um dos últimos relatórios sobre os indicadores de ciência e engenharia nos EUA⁴, mostra que grande parte da ciência que circula no mundo tem origem nos EUA, sendo reconhecido que se trata de um país onde a força de trabalho em ciência é maioritariamente constituída por alunos de pós-doutoramento estrangeiros. Assim, na mesma linha, lê-se num artigo de divulgação crítico sobre a ciência americana:

os EUA são o maior produtor de investigação científica: o país que mais financia a investigação no contexto da academia e das empresas; que publica mais em ciência do que qualquer outra nação e as suas publicações estão desproporcionalmente entre as melhores do mundo. Mas, quem é responsável pela produção desta ciência? Em larga medida, a resposta é: os imigrantes. Como o presidente da Academia Nacional de Ciência afirmava em 2005, no Congresso: “estamos mais prósperos e seguros graças às dezenas de milhares de cientistas estrangeiros que vem para os EUA, como investigadores⁵”

Cervantes e Guellec (2002) também afirmavam que mais de 40% dos quadros altamente qualificados nos EUA diz respeito a estrangeiros. Trata-se de uma realidade documentada através das estatísticas e também analisada noutros estudos (Moguerou, 2006; Ali et al., 2007).

³ Trata-se de uma ideia que vale a pena explorar no contexto de investigação empírica-sociológica e histórica.

⁴ Retirado de <http://www.nsf.gov/statistics/seind14/index.cfm/chapter-6>

⁵ Retirado de <http://www.psmag.com/nature-and-technology/immigrants-make-american-science-great-75166>

Estudos indicam para o contexto europeu que a perspectiva de desenvolvimento da carreira constitui o principal motivo de saída, temporária e/ou definitiva (Deloitte Consulting, 2014, p. 88). Indicam também que grande percentagem de cientistas europeus que se movem rumam aos EUA, estimulados por oportunidades de emprego, prestígio associado à frequência de universidades nos Estados Unidos e à obtenção de condições para desenvolvimento da atividade de investigação desejada na área científica em que se profissionalizaram. Todavia, existem outros estudos segundo os quais a ausência de emprego científico no país de origem pode constituir um motivo de saída.

Uma das questões que estudos mais recentes têm levantado passa pela análise das condições de estadia e de trabalho dos cientistas nos EUA. Contrariando uma orientação analítica centrada sobre o estudo dos impactos nas carreiras operados pela mobilidade, estes estudos debatem, muito em particular, o acesso às redes de investigação e colaboração nos EUA por parte dos investigadores e cientistas estrangeiros, evidenciando uma certa acentuação de mecanismos de segregação e de discriminação (como o domínio da língua, o sexo, a etnia/nacionalidade) dos cientistas europeus (Wagner, 2015). A literatura científica sobre a mobilidade continua a enfatizar, é certo, as vantagens e as potencialidades das mobilidades para todos as partes e países envolvidos, gerando comportamentos colaborativos. Todavia, observa-se que, em termos de definição e implementação de estratégias políticas, o entendimento tem um carácter diferente, ao serem programadas medidas tendentes a “fixar” cientistas, fazê-los “regressar” à Europa, ou participar, a partir dos EUA em redes de diáspora científica. Estas orientações práticas estão, por seu turno, espelhadas em várias análises realizadas por investigadores acerca das estratégias de retenção de capitais (científicos, técnicos e humanos) na Europa (Nijkamp & Siedschlag, 2011), embora sem equacionarem a mobilidade a partir do foco da “fuga de cérebros”.

A prospetiva para a Europa, desde a criação do Espaço Europeu da Investigação, ao qual se ligam iniciativas diversas relativas à livre circulação de cientistas e liberalização de mercados de trabalho, assenta largamente numa disposição cultural de índole tecnocientífica: a ciência e a tecnologia marcam o ideário do devir europeu que se impôs sobre os restantes países.

Neste contexto, percebe-se por que razão a mobilidade de cientistas tem sido um assunto de grande relevo, pois os cientistas são percebidos como as peças mais importantes na dinâmica da ciência e inovação tecnológica (Nijkamp & Siedschlag, 2011). Mas os cientistas (como demais

qualificados) seguem as rotas do capital intimamente ligado às rotas das instituições de ciência e à inovação e, no contexto deste confronto de forças relativas à evolução técnico-científica entre EUA e Europa, torna-se conceitualizável o modo como os EUA e a Europa avaliam e valorizam a mobilidade de cientistas entre os dois espaços (EUA – Europa) que se afirmam no seu desejo de liderança mundial. Como podemos ler e problematizar os discursos que circulam sobre a mobilidade de cientistas europeus para fora da Europa? Qual é a carga semântica que carrega cada um destes discursos, do ponto de vista das características dos seus enunciadores? Qual é o lugar conferido à Europa e a que Europa nesses discursos? Estas são as principais questões que irão orientar esta análise, versando agora sobre a tipologia dos discursos sobre a mobilidade entre a Europa e os Estados Unidos.

NOTA METODOLÓGICA

A realidade que constitui hoje a mobilidade de cientistas é multidimensional e complexa. Não apenas por causa das variações que caracterizam os diversos percursos, áreas científicas e países, mas por causa da sobreposição de discursos que encontramos a respeito dos benefícios, métodos, procedimentos e vertentes da mobilidade de cientistas, entendida como objeto de política. Com efeito, numa sociedade de conhecimento, altamente globalizada e mediatizada, a mobilidade não se refere apenas a um fluxo/comportamento real. Ela constitui-se enquanto componente e elemento discursivo altamente importante no debate político e ideológico, justamente pelas razões que já enumerámos e que se prendem com a associação ao desenvolvimento político e social dos países, assim como ao seu reconhecimento internacional. Neste sentido, as mensagens que circulam a propósito das mobilidades de cientistas entre Europa e EUA não são meros conteúdos, são efetivamente discursos que circulam e se constituem na rede de significados que resultam das várias interações, também elas discursivas, entre os vários atores participantes munidos das suas próprias competências e poderes de imposição ou modelação desse discurso. De um modo simples, podemos afirmar ser na própria linguagem que se constroem e estruturam sentidos diretamente constitutivos das práticas e das interações.

No contexto dos objetivos traçados, propusemo-nos a explorar as principais características dos discursos oficiais, presentes na programação e definição de políticas (textos recolhidos no sítio eletrónico da Comissão Europeia); os discursos dos próprios cientistas em mobilidade entre os dois continentes (entrevistas realizadas no âmbito de um projeto em que

participou a autora, denominado “Mobiscence-trajetórias de mobilidade de investigadores portugueses”) e, finalmente, atendendo ao efeito modelador sobre a opinião pública e sobre a média, jornais impressos e *online* (consideramos jornais de referência internacional, a partir de uma busca eletrônica usando as expressões “mobility of European scientits” e “European scientists in USA”).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise ainda preliminar dos documentos e outros textos tratados dá conta de algumas especificidades dos vários tipos de discurso.

1. O discurso oficial produzido no âmbito da definição das políticas científicas, nomeadamente ligadas ao Espaço Europeu de Investigação (ERA) acentua explícita e implicitamente a ideia de a Europa “recuperar” o comando na área da ciência no mundo e de travar a saída de cérebros europeus, sobretudo para os EUA. Grande parte da programação Europa 2020 enfatiza esta dimensão de gestão das relações com os EUA a partir da fixação de cientistas em espaço europeu (embora tal se faça de forma não igualitária, ao acabarem alguns países mais centrais por ser o polo gravitacional de atração dos pequenos países). Apesar de se tratar de um discurso que valoriza a colaboração internacional e as redes de diáspora, acentua a necessidade de a Europa se constituir como polo catalisador de inovação e de mudança. E, nesse sentido, é um discurso que justifica continuamente a necessidade de a Europa atrair de novo os “seus” cientistas, além de tentar captar os cientistas reconhecidos que, não sendo europeus, podem replicar na Europa modelos de organização de unidades de investigação de raiz projetadas como sendo de “excelência”.
2. O discurso dos cientistas que saem está marcado pela ideia da diferença de oportunidades entre a Europa e os EUA e também pela ideia de perda para a Europa e, mais concretamente, para os países de onde são nacionais. Estes discursos temo-los nas entrevistas e também em blogues. Em geral, o discurso dos cientistas reparte-se entre os que perspetivam a mobilidade como positiva e conformam-se à sua existência e outros que a consideram um produto da política contemporânea, sendo desigual e desvantajosa para os investigadores europeus nos EUA. Na perspetiva de parte destes cientistas, é inquestionável a atração dos EUA para os investigadores europeus, uma vez que a ciência americana assenta na captação e acolhimento dos “melhores”, apesar de na Europa encontrarem quadros de maior estabilidade. Embora alguns salientem as possibilidades de a Europa vir a “recuperar” os cientistas entretanto fora do continente, grande parte considera

que estas possibilidades estão limitadas, considerando vantajosas a participação e a alimentação de redes de diáspora.

3. O discurso mediático, através do qual a mobilidade de cientistas europeus ganha visibilidade social e se expõe no espaço público, é menos homogêneo do que os precedentes porque é alimentado de posicionamentos ideológicos mais evidentes da parte dos média participantes no debate. Nos anos mais recentes, os média europeus tenderam a enfatizar a fraca capacidade da Europa para reter os seus cérebros e a crescente participação de cientistas europeus no desenvolvimento da ciência americana. Mas também encontramos uma outra tipologia discursiva mais centrada sobre a desvalorização dos percursos nos Estados Unidos, e a orientação no sentido da China e outros países emergentes.

No período mais recente, correspondente à definição das metas para a ciência e a inovação, os programas Horizonte 2020 e Europa 2020 têm sido bastante criticados. Os média têm desempenhado um papel de desconstrução junto da opinião pública, em particular no que diz respeito aos financiamentos à investigação na Europa. Trata-se de uma análise que se faz justamente a partir de uma comparação face aos EUA e por pessoas ligadas à implementação de políticas, como o conservador Evžen Tošenovský⁶, segundo o qual, “infelizmente, a maioria das descobertas científicas é conduzida fora da Europa, e muitas mentes brilhantes deixaram o nosso continente rumo aos EUA, onde há melhores condições e mais prospetivas de futuro”. Acrescenta ainda que “atendendo à sua capacidade científica, a Europa deveria ser muito mais ambiciosa e fazer mais para tornar-se líder global, mesmo em campos científicos relativamente novos, como a investigação espacial”.

No jornal *The economist* lê-se algo semelhante que enfatiza a fragilidade da Europa perante o avanço (e fascínio) tecnológico americano:

Os americanos não estão sozinhos no lamento sobre a timidez da UE. Mark Walport, conselheiro de ciência no Reino Unido, escreveu recentemente que na Europa o princípio da precaução derivou de “uma posição de espera enquanto se aguardam novas evidências para o que é agora efetivamente um sinal de paragem”. Além disso, a Europa tem um problema sério de inovação. Os políticos viajam frequentemente até à Califórnia para saborearem uma pitada do brilhantismo de Silicon Valley, mas raramente

⁶ Retirado de <https://www.theparliamentmagazine.eu/articles/opinion/europe-should-be-much-more-ambitious-prevent-us-braindrain>

agem no sentido de melhorar o clima de investimento no país. Os legisladores comemoram os benefícios para os consumidores de aplicativos como o Uber, um serviço de táxi, mas são relutantes em alterar as leis que protegem os operadores tradicionais. A França acaba de se tornar o último país a reprimir a Uber. As pequenas empresas que procuram dinheiro lutam para encontrar alternativas (...). Com exceção dos países nórdicos nenhum país da UE cumpre a meta europeia de dedicar 3% do PIB à investigação e desenvolvimento. (The battle of the scientists, 2014)

Contrariamente ao que afirmam alguns autores segundos os quais os média tendem a hegemonizar os discursos, argumentamos que estes possuem um forte pendor político. A imprensa especializada é a que mais explora esta questão no contexto internacional e europeu – fazendo participar os próprios cientistas nos seus debates. Podemos sustentar que a mobilidade de cientistas se interpreta poderosamente como um discurso acerca dos cientistas em mobilidade (como descobridores e navegadores) e como um discurso da Europa.

A mobilidade de cientistas, que sempre se afirmou como condição na ciência – de uma ciência universal, de ideário humanista –, corresponde a uma formulação identitária de tripla dimensão: a) dos governos nacionais europeus que, em circunstâncias distintas e por vezes desiguais, valorizam a mobilidade de cientistas por estes vincarem a imagem do país e representarem o que de melhor se faz nesses países; b) dos governos supranacionais – neste caso o Espaço Europeu de Investigação – por levar mais a Europa ao Mundo e c) dos cientistas individualmente considerados, por a mobilidade representar a interiorização do *ethos* – diga-se técnica e politicamente engendrado – de um modo de vida nómada, um tipo específico do estar no mundo.

Na sequência do pensamento de Appadurai (2004) sobre disjunturas e convergências, podemos sustentar que a mobilidade de cientistas integra um processo de construção identitária que incorpora a disjuntura e a dualidade entre a perda e o ganho. Com efeito, as perdas/ganhos não aparecem só desigualmente distribuídos, como recolhem contornos distintos conforme se fala da “Europa para fora”, ou “dentro da Europa”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mobilidade de cientistas é uma questão de identidade, sendo também uma questão de narrativa. Ao mesmo tempo, constitui-se como um

eixo de lutas materiais e simbólicas entre nações e sociedades. A análise que fizemos, de forma exploratória, permite perspetivar como ao longo dos anos, sob um vigoroso discurso acerca da colaboração e efeitos positivos da mobilidade de cientistas, esta manteve-se como eixo decisivo de construção identitária da Europa e dos Estados Unidos entre si e face ao mundo, em termos de desenvolvimento científico e de inovação tecnológica. Com efeito, observa-se que, sob o debate acerca da mobilidade enquanto circulação de conhecimento, está o debate sobre a “fuga de cérebros” e as “perdas” que tal implica para o futuro da Europa e para a construções dos modos de relação, entre outros, com os EUA. É possível verificar a existência de discursos e contra-discursos acerca do fenómeno da mobilidade de cientistas entre a Europa e os EUA, particularmente a partir do início da crise financeira de 2008. Analisando-os percebemos que a ciência é, em geral, um elemento constitutivo de grande relevo no contexto dos modos de relacionamento e valorização entre países, ficando evidenciada a situação de fragilidade, tal como observada e auto-refletida, da Europa face aos EUA.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ackers, L. (2005). Promoting scientific mobility and balanced growth in the European research area. *Innovation: The European Journal of Social Science Research*, 18(3), 301-317. doi: 10.1080/13511610500186680
- Ali, S.; Carden, G.; Culling, B.; Oswald, A.; Owen, N.; Raslmark, H. & Snodgrass, N. (2007). *Elite scientists and the global brain drain*. Reino Unido: University of Warwick. Retirado de <https://tinyurl.com/y9jpbodz>
- Appadurai, A. (2004). *Dimensões culturais da globalização – a modernidade sem peias*. Lisboa: Teorema.
- Araújo, E. & Ferreira, F. (2013). A “fuga de cérebros”: um discurso multidimensional. In E. Araújo, M. Fontes & S. Bento (Eds.), *Para um debate sobre a fuga de cérebros* (pp. 58-82). Braga:CECS.
- Bento, S. & Araújo, E. (2015). Mobilidade dos investigadores Uma abordagem às organizações e aos processos de trabalho em ciência. In M. Serrano & P. Urze (Eds.), *Inovação, organização e trabalho: estudos de caso* (pp. 121-142). Lisboa: Sílabo.
- Bush, V. (1945). *Science: the endless frontier*. Washington: United States Government Printing Office. Retirado de <https://tinyurl.com/yb47lrt4>

- Cervantes, M. & Guellec, D. (2002). The brain drain: old myths, new realities. *The OECD Observer*, p. 40. Retirado de <https://tinyurl.com/ybvuu2gf>
- Cresswell, T. (2010). Towards a politics of mobility, environment and planning. *Society and Space*, 28(1), 17-31. doi: 10.1068/d11407
- Delicado, A. (2008). Cientistas portugueses no estrangeiro: factores de mobilidade e relações de diáspora. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 58, 109-129.
- Fontes, M. (2007). Scientific mobility policies: how Portuguese scientists envisage the return home. *Science and Public Policy*, 34(4), 284-298. doi: 10.3152/030234207X214750
- Fossum, J. (2009). Europe's "american dream". *European Journal of Social Theory*, 12(4), 483-504. doi: 10.1177/1368431009345067
- Gabaldón, T.; Horta, H.; Meyer, D. & Pereira-Leal, J. (2005). *Career paths and mobility of researchers in Europe*. Göttingen: Cuvillier Verlag. Retirado de http://in3.dem.ist.utl.pt/docs/Career_paths_and_mobility_of_researchers_in_Europe.pdf
- Ivancheva, L. & Gourova, E. (2011). Challenges for career and mobility of researchers in Europe. *Science and Public Policy*, 38(3), 185-198. doi: 10.3152/030234211X12834251302445
- Nijkamp, P. & Siedschlag, J. (2011). *Innovation, growth and competitiveness: dynamic regions in the knowledge-based world economy*. Londres: Springer.
- Stephan, P. & Levin, S. (2001). Exceptional contributions to US science by the foreign-born and foreign-educated. *Population Research and Policy Review*, 20(1), 59-79. doi: 10.1023/A:1010682017950
- The battle of the scientists (2014, 17 de dezembro). *The Economist*. Retirado de <https://tinyurl.com/ybpfu7wf>
- Videira, P. (2013). A mobilidade internacional dos cientistas: construções teóricas e respostas políticas. In E. Araújo; M. Fontes & S. Bento (Eds.), *Para um debate sobre a fuga de cérebros* (pp. 138-162). Braga: CECS
- Wagner, I. (2015). Entre a dupla ausência e o profissional transnacional: o lado "não dito" da mobilidade de cientistas. *Comunicação e Sociedade*, 28, 397-400. doi: 10.17231/comsoc.28(2015).2287

OUTRAS REFERÊNCIAS

- Deloitte Consulting (2014). The researchers' report 2014. Retirado de <https://tinyurl.com/yb4qgn8f>
- Fernandez-Zubieta, A.; Geuna, A. & Lawson, C. (2013). Researchers mobility and its impact on scientific productivity. Retirado de <https://tinyurl.com/ycfmd82v>
- Lawson, C. & Shibayama, S. (2013). Temporary mobility. A policy for academic career development. Retirado de <https://ideas.repec.org/p/uto/dipeco/201321.html>
- Moguerou, P. (2006). The brain drain of Ph.D.s from Europe to the United States: what we know and what we would like to know. [EUI Working Paper RSCAS no. 2006/11]. Retirado de <https://tinyurl.com/yctxds936>

Citação:

Araújo, E. R. (2017). A mobilidade intercontinental de cientistas europeus: discursos sobre perdas e ganhos d(n)a Europa. In R. Ribeiro, V. de Sousa & S. Khan (Eds.), *A Europa no mundo e o mundo na Europa: crise e identidade. Livro de atas* (pp. 40-53). Braga: CECS.